

## Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-021

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

<b>Código</b>	<b>Designação</b>
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

#### Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
503887641	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE
<b>Morada (Sede Social)</b>	
RUA JOAQUIM BASÍLIO LOPES Nº 1	
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
7040-066	ARRAIOLOS
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Alentejo Central	Alentejo
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
266490090	monte@monte-ace.pt
<b>Telefax</b>	

A constituição do GAL Alentejo Central resulta de um processo de reflexão e de alargamento do Conselho de Cooperação (CC), órgão social do MONTE que desde a sua criação, tem sido chamado a pronunciar-se sobre as sucessivas iniciativas de promoção e gestão da Iniciativa Comunitária LEADER e mais recentemente do SP 3 PRODER/Abordagem LEADER. O MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE tem a forma jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas e é composto por 5 Associações de Desenvolvimento Local (ADL): a Aliende, a ADIM, a ADMC, a Porta do Alentejo, e a Trilho. A dinamização do CC alargou a outras organizações relevantes na região, a reflexão sobre a intervenção do Monte e sobre as iniciativas e políticas públicas para o desenvolvimento local. A constituição da Parceria Alentejo Central como GAL, foi um processo que extravasou as fronteiras do CC e aprofundou a articulação do MONTE com diferentes organizações da região; o GAL representa a diversidade sectorial do território e concorre para uma valorização da iniciativa de cada uma destas organizações, de per si. O GAL Alentejo Central, está fundado em mecanismos de participação que asseguram alianças para alcançar os interesses coletivos do território e respetivas comunidades; ao princípio da união junta-se a pluralidade nas perspetivas e competências. A constituição do GAL Alentejo Central, operou-se a par da preparação EDL que teve início em Setembro de 2012, no âmbito de uma Escola de Verão – Preparação da EDL [2014-2020]. Desde essa data, foram percorridas várias etapas: 2013 – Apresentação aos Parceiros dos resultados alcançados no Alentejo Central, pelo SP3 PRODER – Abordagem LEADER; 2014 – Apresentação da estratégia do MONTE para a abertura e alargamento da parceria territorial para a dinamização de DLBC e definição do envolvimento de parceiros para a construção da EDL; Desenvolvimento de 7 sessões de trabalho ancoradas em 7 organizações da região: Universidade Évora/ICAAM – Segurança alimentar e comercialização de proximidade; AJASUL – Pequenos Investimentos Agrícolas e Bolsa de Terras; Recursos e Serviços Locais – Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro; Núcleo Empresarial da Região de Évora – Empreendedorismo; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central – Ambiente e Energia; Entidade Regional do Turismo – Turismo rural e Conservação do Património Rural; Agência para o Desenvolvimento Regional do Alentejo – Cooperação Inovação; Assinatura do Acordo de Parceria Territorial Alentejo Central [2014-2020] – Formalização do GAL Alentejo Central. Apresentação das linhas estratégicas da EDL assentes no desenvolvimento dos trabalhos das 7 sessões temáticas; identificação das sinergias e alinhamento com o POR Alentejo 2020 e Plano de Ação da CIM Alentejo Central; e lançamento do processo de reflexão sobre o modelo de governação da parceria; Realização de reuniões com 9 Núcleos Executivos das Redes Sociais dos 10 Concelhos do Território de Intervenção; Aprovação do Modelo de Governação do GAL Alentejo Central e alargamento da parceria a novos parceiros; 2015 – Eleição dos Órgãos Sociais do GAL Alentejo Central [2014-2020] para o triénio [2015 – 2018] e apresentação macro estratégia da EDL. Acolhimento de novas entidades à Parceria Territorial; Aprovação da Proposta de EDL do GAL Alentejo Central [2014-2020] para DLBC Rural. A consolidação da parceria e a preparação da EDL é um processo dinâmico; posteriormente ao reconhecimento do GAL Alentejo Central, foram dinamizadas outras atividades de que destacamos reuniões com os Núcleos Executivos das Redes Sociais do Concelho de Borba e de Montemor-o-Novo, participação em várias iniciativas dos parceiros, e a dinamização de WS sobre o financiamento do sector agrícola. Como evidenciam as etapas apresentadas anteriormente, a parceria foi acolhendo mais entidades e também o processo de elaboração da proposta de EDL, foi acompanhado pela discussão dos instrumentos de estratégia regional e sub-regional. Com efeito, a leitura deste processo deverá também ter presente que muitas das entidades do GAL Alentejo Central [2014-2020] também participaram na discussão e construção do POR Alentejo 2020 e a EIDT da CIM-Alentejo Central. O Monte, na qualidade de EG do GAL Alentejo Central, é uma organização cuja génese assenta na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local; com efeito, o MONTE foi criado para responder à dinamização do PIC LEADER II, sendo-lhe reconhecida capacidade organizacional, técnica e financeira para a gestão de uma parte da subvenção local LEADER. O processo viria a repetir-se no quadro da IC LEADER + e posteriormente no concurso público aberto pela Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de Junho para reconhecimento do GAL e ELD para a Gestão do SP 3 do PRODER. Estas iniciativas representaram 526 projetos e uma despesa pública superior 18,6 milhões de €, que alavancaram investimento na região superior a 31 milhões de euros e a criação de 395 postos de trabalho.

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
503887641	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE	12/05/1997	12/05/1997	94995	Agrupamento Complementares de Empresas (ACE'S)
502194006	ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS INTERESSES DE MONSARAZ	26/09/1988	26/09/1988	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503236500	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MONTES CLAROS	20/05/1994	06/10/1994	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504236091	ADRAL - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO S.A.	29/09/1998	29/09/1998	94110	Sociedades Comerciais
500981507	AJASUL-ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DO SUL	21/01/1980	17/05/1993	94110	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503516856	ALIENDE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	23/07/1994	19/10/1994	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
505899760	HERANÇAS DO ALENTEJO - ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS DO ALENTEJO	10/04/2002	17/05/2002	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503902284	ASSOCIAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL D.CARLOS I	30/09/1996	01/01/1997	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
508574889	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO ALENTEJO CENTRAL, CRL	17/12/2008	17/12/2008	64190	Unidades de I&D (Privadas)

501403221	CARITAS ARQUIDIOCESANA DE EVORA	24/11/1976	28/08/1984	94910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504774360	CENDREV - CENTRO DRAMÁTICO DE ÉVORA - ASSOCIAÇÃO	22/12/1998	01/01/1999	90010	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500697884	CERCIDIANA - COOPERATIVA PARA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE ÉVORA CRL	13/08/1977	13/08/1977	88102	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500436568	CERCIESTREMOZ - COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS CRL	27/02/1976	19/01/1977	88102	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	03/08/2009	03/08/2009	84113	Associação de Municípios (RA)
501056327	COOPERATIVA DE OLIVICULTORES DE BORBA CRL	10/04/1951	01/02/1986	10412	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500927693	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR-DECO	12/02/1974	12/02/1974	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamenta I

501241906	OBRA DE SÃO JOSE OPERARIO	30/04/1975	19/07/1984	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509099084	MAIO, ASSOCIAÇÃO PELA IGUALDADE	13/08/2009	13/08/2009	88990	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
503903060	MARCA, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	04/11/1996	04/11/1996	94995	ONG - Organização Não Governamenta I
506772527	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	28/02/1985	28/02/1985	84113	Autarquias Locais
501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	26/02/1985	26/02/1985	84113	Autarquias Locais
503956546	MUNICIPIO DE BORBA		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501834117	MUNICIPIO DO REDONDO	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	07/09/1962	07/09/1962	84113	Autarquias Locais
504447971	PÉDEXUMBO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE MUSICA E DANÇA	27/11/1998	27/11/1998	94991	ONG - Organização Não Governamenta I
501887830	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ESTREMOZ		28/02/1997	87902	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
500745846	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE EVORA	29/10/1954	29/10/1954	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

501161627	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE REGUENGOS DE MONSARAZ	05/06/1913	01/01/1989	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501325107	SANTA CASA DA MISERICORDIA DO VIMIEIRO	28/04/1913	28/04/1913	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504126636	SUÃO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	18/03/1998	28/08/1998	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503539783	TRILHO - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	15/07/1994	01/03/1996	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
508817897	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	15/09/2008	28/11/2008	84123	Associações Públicas
513290117	UDIPSS - ÉVORA - UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE ÉVORA		02/12/2014	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510839983	FREGUESIA DE S.SEBASTIÃO DA GIESTEIRA E N.S. DA BOA FÉ	28/01/2013	01/10/2014	84113	Autarquias Locais

501201920	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	11/08/1973	11/08/1973	85420	Estabelecimen to de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário - Unidade de I&D
505009471	VENDAS NOVAS, PORTA DO ALENTEJO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	30/06/2000	22/11/2000	94995	Agências e associações de desenvolimen to regional e local
505722216	RURALENTEJO - CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO ALENTEJO	26/02/2002	16/06/2004	94995	Agências e associações de desenvolimen to regional e local
505217619	RURAMBIENTE, COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E INOVAÇÃO SOCIAL, CRL	20/04/2001	20/04/2001	82990	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500852480	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ARRAIOS	07/07/1892	01/03/1986	88990	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
500848572	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE BORBA	24/06/1524	01/09/1994	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
502280298	"NERE - NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE ÉVORA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL"	09/05/1989	12/01/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500817812	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (C.N.A.)	05/04/1978	18/11/1978	94110	Organização Profissional
500912629	CARMIM - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE REGUENGOS DE MONSARAZ CRL	23/11/1962	30/03/1971	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501406182	ASSOCIAÇÃO SOCIAL UNIDOS DE SANTANA DO CAMPO	03/01/1959	18/09/2000	94991	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

500989575	ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA	24/07/1967	24/07/1967	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504646753	APPACDM DE ÉVORA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	07/07/2000	07/07/2000	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
510653715	APCE - ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE ÉVORA	02/03/2004	02/04/2004	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
500877386	LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO-ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	09/03/1942	15/10/1926	65112	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506017125	COMUNIDADE SÓCIO-TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE	14/03/2002	18/01/2011	88990	ONG - Organização Não Governamental
502849100	LIGA DOS PEQUENOS E MEDIOS AGRICULTORES DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO	27/07/1978	30/09/1994	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506613461	MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA		01/01/1986	84113	Autarquias Locais

## Caracterização do DLBC



## Identificação da área de intervenção do Pacto

### NUTS III

Alentejo Central

### Grupo Ação Local

Rural

### Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Alentejo	Alentejo Central	Alandroal		10,28%
Alentejo	Alentejo Central	Arraiolos		12,95%
Alentejo	Alentejo Central	Borba		2,75%
Alentejo	Alentejo Central	Estremoz		9,73%
Alentejo	Alentejo Central	Évora		22,63%
Alentejo	Alentejo Central	Redondo		7,00%
Alentejo	Alentejo Central	Reguengos de Monsaraz		8,79%
Alentejo	Alentejo Central	Vendas Novas		4,21%
Alentejo	Alentejo Central	Vila Viçosa		3,69%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Cabrela	3,64%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Ciborro	1,05%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Foros de Vale de Figueira	1,28%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	União das freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre	4,05%
Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	União das freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras	7,95%

## Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### Situação atual do território

O Território de Intervenção (TI) da EDL compreende 51 freguesias de 10 dos 14 Concelhos da NUTS III – Alentejo Central (AC), com uma área de 5.391,56 km<sup>2</sup> e 145.039 habitantes residentes (Censos 2011); e densidade populacional de 27 hab/km<sup>2</sup>, embora esta varie no TI. População: Em 2011, residiam no TI 145.039 habitantes, i.e, cerca de 87% da população residente na NUTS III AC. Em termos evolutivos, o território não tem conseguido contrariar os comportamentos populacionais regressivos desde há algumas décadas. De 2001 para 2011 registou um decréscimo da população de -3,1%, acentuado pelo aumento da emigração, uma vez que, o saldo natural apesar de negativo tem mantido valores constantes. A acompanhar

esta evolução demográfica, penalizante para o TI e região, registam-se 2 fenómenos paralelos, sintetizados no duplo envelhecimento da pirâmide etária: a população com mais de 65 anos mantém a tendência de crescimento, ao contrário do verificado na população do grupo etário dos 15-24 anos, que registou na última década um decréscimo de -27,1%. Existe uma incapacidade em fixar os naturais: a população jovem, em idade ativa e fecunda, abandona a sua terra, escolhendo áreas de maior atração económica. Está-se perante um território de forte repulsão populacional: o processo de envelhecimento em curso restringe fortemente a disponibilidade de recursos humanos com idade ativa, uma vez que o reforço dos escalões etários mais elevados traduz-se num peso tendencialmente maior de população inativa, constituindo um fator acrescido de inibição competitiva. Economia: A NUTSIII AC, na qual se inclui o TI, registou nos últimos anos (2011-2013) um PIB pc cerca de 13% inferior ao registado no país. No contexto nacional, o contributo do Alentejo para a produção de riqueza é relativamente modesto: com efeito, a região representa somente 6,6% do PIB português (2013); neste o AC contribui com cerca de 21%. Na especialização produtiva da economia regional, o peso da agricultura é ainda muito importante por comparação ao nacional. A superfície agrícola utilizada no TI é de 452.602 ha, dividida por 6.485 explorações agrícolas, pelo que, 99% das explorações agrícolas têm SAU. Em média cada exploração tem 70 ha de SAU., um valor bastante superior à média do país (12 ha). Verifica-se que na ocupação cultural da SAU do TI predomina o sistema agro-silvo-pastoril com 76% (superfícies forrageiras temporárias/prados (29%); pastagens permanentes sob coberto (39%); forragens (1%); pastagens biodiversas (7%)), esta situação é transversal a todos os concelhos. Destacam-se ainda nas culturas presentes no TI, Cereais (6%) e Olival (5%). Apesar de não ter expressão na área conjunta do TI, a vinha em região determinada é uma cultura importante nos concelhos de Borba, Redondo e Reguengos de Monsaraz, cujo vinho é um dos produtos de qualidade do TI, reconhecido nacional e internacionalmente. Ao nível do regadio verifica-se que no AC apenas 25% das explorações têm disponibilidade de rega, nestas, mais de dois terços das disponibilidades de água têm origem subterrânea, somando uma área total de regadio em torno dos 4% da SAU. A conclusão do perímetro de rega de Alqueva e a entrada em funcionamento do perímetro de rega da Barragem dos Minutos são uma oportunidade para o desenvolvimento de culturas permanentes ou temporárias de regadio, impulsionando a competitividade da agricultura da região. A atividade agrícola realizada no território produz produtos de qualidade: a cortiça; o azeite e a azeitona; a vinha e o vinho; as carnes, os presuntos, enchidos e salsicharia; e os queijos. Não obstante a excelência de alguns destes produtos, nem todos têm a devida visibilidade, estando a sua produção virada para o mercado interno e em alguns casos apenas regional/local. Para valorização da qualidade destes produtos, existem no TI 15 produtos certificados, entre Denominação de Origem Protegida; Indicação Geográfica Protegida; e Especialidade Tradicional Garantida.

A diversificação de atividades na exploração agrícola apresentava no TI, em 2009, um valor semelhante ao registado no país, 4% e 5%, respetivamente. Não obstante, estes territórios registaram na década de 1999-2009 dinâmicas diferentes, enquanto no TI o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícola aumentou 39%, no país diminuiu 55%. Do total de atividades não agrícolas desenvolvidas no TI, a produção florestal é a desenvolvida em mais explorações, seguindo-se a prestação de serviços; o turismo rural e atividades relacionadas; e a transformação de produtos agrícolas alimentares. Na indústria, verifica-se uma diversificação do perfil de especialização do TI, através da indústria de fabrico de componentes elétricos/eletrónicos e a indústria aeronáutica, atividades de maior valor acrescentado com maior intensidade tecnológica, que contribuem para a criação de empregos qualificados. Destaca-se também a extração e a indústria transformadora ligada às rochas ornamentais, nomeadamente, a Zona dos Mármore que compreende os concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Apesar da importância da agricultura no VAB, acentua-se o peso dos serviços, tendência que acompanha a terciarização progressiva da estrutura produtiva nacional. Sobretudo dos serviços de carácter não transacionável (como educação, administração pública, saúde e ação social), em muitos concelhos a Administração pública é o principal empregador. A estrutura empresarial do TI caracteriza-se pela existência de um tecido empresarial onde predominam as microempresas (97,2%). Esta realidade aliada à baixa qualificação dos empresários e da mão-de-obra contratada, está na base da fraca iniciativa para a inovação e para o trabalho em rede, que lhes permita ganhar escala e alargar o mercado dos seus produtos, que na sua maioria é apenas regional. O tecido empresarial do TI em 2012 concentra-se nas seguintes atividades: 21% das empresas estão incluídas no sector do comércio por grosso e a retalho; 16% na agricultura e pescas; 9% Atividades administrativas e dos serviços de apoio; e 9% no alojamento e restauração. O sector do turismo tem registado um desenvolvimento assinalável na região e no TI. Em 2013, o TI registou 31% do total de dormidas do Alentejo, destas 8% verificaram-se no Turismo em Espaço Rural e Turismo de Habitação. De facto é no Alentejo e no TI, em particular que estas tipologias de estabelecimentos têm mais expressão concentrando 15,6% da capacidade de alojamento e 41% do número de estabelecimentos instalados (em 2013), face aos 4% e 24% verificados em Portugal, respetivamente. A performance deste território está fortemente ligada ao polo de atração que constitui a cidade de Évora. enquanto Património Mundial. mas também o potencial do Empreendimento de

Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) e a vila de Monsaraz, ou seja, o desenvolvimento turístico do TI está associado à sua importante riqueza patrimonial (construída e natural) e às artes e ofícios tradicionais (olaria, tapeçaria, cestaria, madeira, estanho, entre outros). Destaca-se ainda como exemplos da qualidade do património imaterial da região, o Cante Alentejano e a Dieta Mediterrânica, ambos classificados como Património Mundial. O TI deve seguir a estratégia presente no PENT para o Alentejo e apostar nos circuitos turísticos como o produto dinamizador do turismo na região. Mercado de Trabalho: Ao nível de habilitações académicas, do TI encontra-se numa situação desfavorável face à média nacional; predominam as pessoas habilitadas com o 1º ciclo (30%) e apenas 14% população residente com habilitações correspondentes ao ensino superior, valor que duplicou na última década, mas que está fortemente influenciado pela população residente nas zonas urbanas do Concelho de Évora, que é onde se localiza a Universidade de Évora e outros Institutos de Ensino. No que diz respeito ao emprego, o TI regista taxas inferiores às nacionais, esta situação é particularmente frágil no que diz respeito às mulheres já que em 2011 a taxa de atividade rondava os 40,7%. Os níveis de desemprego da região são preocupantes e no caso das mulheres e dos jovens a situação é mais grave, 18,1% e 39,5%, respetivamente. No TI, 48% dos desempregados encontra-se nessa situação há mais de um ano, e 89% procuram a reinserção no mercado de trabalho, afeta particularmente as mulheres (52%) no escalão etário dos 35 aos 54 anos (46%) que na sua maioria possuem como qualificações o ensino secundário (28%). As baixas qualificações têm implicações nas competências e na capacidade adaptativa dos ativos empregados a novas exigências profissionais, limitando desempenhos mais qualificados e empreendedores, com fortes repercussões na consolidação do desemprego estrutural. Qualidade de Vida: No contexto da coesão social, a população residente no AC tem níveis de rendimento inferiores à média nacional, em 2012, o ganho médio mensal da população ativa em Portugal era de 1.095,59 euros e no AC era de 939,79 euros, verificando-se que nenhum concelho do TI apresentava um valor superior ao do AC. No AC existem cerca de 40 beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes, valor semelhante ao Alentejo e ao país, no entanto, estes valores médios escondem situações que merecem alguma atenção, uma vez que, nos concelhos do TI existem valores díspares que variam entre 23% e 66%. O Distrito de Évora possui uma cobertura de equipamentos nas respostas sociais dirigidas aos idosos e à infância superior à registada em Portugal. No âmbito geral o TI dispõe de uma razoável cobertura para estes públicos, existindo necessidades pontuais que poderão ser supridas com alguns equipamentos que se encontram no TI por concluir, através da devida reconversão. Como áreas prioritárias de intervenção deverão figurar a deficiência e a demência. A NUTSIII AC apresentava em 2011 um índice sintético de desenvolvimento regional de 98,93, valor superior ao registado pelo Alentejo (96,93), para este resultado a componente coesão é a que mais contribui (105,99), segue-se a componente qualidade ambiental (101,37), também esta superior à região Alentejo (100,34). Por sua vez, é na componente competitividade que o AC regista os valores mais baixos (90,07), sendo inferiores ao registado pelo Alentejo (90,59). A qualidade urbana, rural e ambiental evidenciada no TI é fundamental para este território enquanto fator de atratividade.

## **Análise SWOT**

### **Principais Oportunidades**

Conclusão de perímetros de rega (alqueva) concorre para o desenvolvimento das atividades agro alimentares, e de oferta turística de qualidade; consumidores mais preocupados, com nutrição, produtos biológicos e produtos da época associados à dieta mediterrânica; crescimento da procura turística externa por nichos de mercado ( natureza, birdwatching, enoturismo, gastronomia, touring cultural, observação celeste); crescimento da procura urbana pelas zonas rurais; forte apetência dos mercados turísticos pela recreação de patrimónios identitários, existência de mercado e procura externa para os produtos turísticos da região; existência de experiências bem sucedidas de comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados; cobertura do TI pelos serviços de internet; cobertura razoável de qualidade de respostas privadas nas áreas da saúde e social.

### **Principais Ameaças**

## Principais Pontos Fortes

Património natural, (montado) bem preservado, aproveitamento para fruição; Património histórico e cultural de grande valor e importância económica, com destaque para o centro histórico de Évora; cante alentejano; dieta mediterrânica como Património da Humanidade pela UNESCO; localização geográfica vantajosa (Lisboa – Madrid); sector agroalimentar de qualidade; crescimento da oferta TER (+17% 2008/13) com potencial aproveitamento turístico de recursos culturais e ambientais; níveis de empregabilidade acima do Alentejo e existência de uma diversidade de estruturas e serviços de apoio ao empreendedor, organizada a vários níveis territoriais; indústria aeronáutica e electrónica; centros tecnológicos e de conhecimento no território; dinâmica associativa local forte; experiências de governança local (leader) baseadas na cooperação e animação do TI.

### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Novos correntes de emigrantes (+ jovens); despovoamento provoca o abandono rural e a consequente perda de identidade da paisagem; património natural suscetível a doenças, pragas e outros fatores; ameaças à sustentabilidade da paisagem derivados de riscos ambientais ligados aos incêndios florestais e passivos ambientais (decorrentes da indústria extractiva e transformadora); aumento da intensidade de fenómenos climáticos adversos; estandardização cultural e turística fruto da globalização; concorrência internacional através de produtos concorrentes e produtos substitutos, podendo colocar em causa a competitividade de importantes sectores regionais, como são os casos das rochas ornamentais, vinhos, cortiça, entre outros; redução do investimento em políticas públicas dirigidas ao emprego e empresas no interior.

### Principais Pontos Fracos

Decréscimo da população residente; dificuldade do TI em fixar população e envelhecimento da população residente; concentração da população nos centros urbanos de maior dimensão; fracas acessibilidades internas; insuficiente valorização e inventariação do património, precária divulgação e dinamização do mesmo; falta de condições de acessibilidade e visitação; baixa densidade empresarial; reduzido dinamismo do tecido empresarial, acompanhado da baixa qualificação da mão-de-obra; níveis de desemprego elevados; mercados de consumo de nível local e de baixa dimensão e pouco exigentes em qualidade; promoção de produtos e serviços realizada de forma individual e desarticulada; fraca cultura de parceria, associativismo e trabalho em rede, devido á dimensão das organizações e disponibilidade de recursos humanos qualificados e também da ausência de cultura empresarial.

Ancorada no diagnóstico realizado e da análise SWOT, a EDL pretende responder a vários desafios identificados por domínios estratégicos a que são alocadas medidas, tipologias de ação, resultados e definidas metas. Atendendo aos pontos fracos e às ameaças que se colocam ao TI do Gal Alentejo Central, os desafios que se colocam são diversos. A valorização dos recursos endógenos do território, onde assume principal destaque o montado como elemento marcante da paisagem e que importa valorizar este sistema na sua plenitude, conservando a sua riqueza ambiental e aproveitar os produtos de qualidade (as fileiras da cortiça; da vinha e do vinho; do agroalimentar; e do azeite). A estratégia deve responder ao reforço da identidade territorial, para enfrentar o despovoamento intenso das áreas mais rurais, e com ele o desaparecimento de alguns aglomerados com menor dimensão, o que se traduz na perda de carácter e identidade da paisagem. A conservação do património histórico e cultural aliada aos produtos de qualidade referidos anteriormente, beneficiam a atratividade do território e potenciam o sector do turismo, em particular os segmentos do turismo ativo e de natureza, gastronómico e cultural, afirmando-se como alternativa ao turismo de massas. A requalificação e sobretudo a valorização dos ativos do território deve contribuir para reverter o processo de despovoamento e envelhecimento demográfico do TI nomeadamente pela dinamização de medidas de atratividade e fixação de famílias e jovens, constituindo esta um desafio transversal a EDL. Os recursos humanos pouco qualificados, e a pequena dimensão e densidade do setor empresarial local, encerram em si o problema da falta de competitividade da economia do território, com fraca iniciativa empreendedora e de inovação. Assim, coloca-se como outro desafio a valorização do empreendedorismo e da inovação, através da ligação aos centros de conhecimento, de forma a incentivar a criação de emprego em áreas emergentes, como sejam as relacionadas com o património cultural, turismo e as relacionadas com a agricultura e sector agro alimentar para as quais a região dispõe de coeficientes de localização e de produtividade significativos. O desenvolvimento de iniciativas que conduzam à adopção de uma cultura empreendedora pelas empresas e organizações do TI constitui um passo fundamental para este desafio, devendo aos vários níveis da EDL serem desenvolvidas ações que compreendam a capacitação para o desenvolvimento de iniciativas empresariais e obriguem a modelos de gestão que promovam a cooperação, o associativismo, o trabalho em rede, e o desenvolvimento de respostas público-privadas. As fragilidades e ameaças identificadas a nível da coesão e governança social colocam desafios adicionais a que a EDL responde com a mobilização de novas oportunidades de emprego para os jovens e com o desenvolvimento de ações para a inclusão social e combate à pobreza, apostando fortemente na implicação das organizações locais na responsabilização pelo desenvolvimento de respostas locais e respetivos resultados, promovendo a ligação da coesão social e económica, e incentivando o desenvolvimento de um território solidário, inclusivo e sustentável.

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

A Estratégia de Desenvolvimento Local para o território de intervenção, parte da análise SWOT, e concorre para os processos de desenvolvimento local e de diversificação e competitividade de base rural (abordagem LEADER), conforme o previsto nos Preâmbulos do Concurso n.º 2/ 2014 de 16-11-2014 e do Aviso DLBC-9C-2015-02 de 17-06-2015. A EDL do GAL Alentejo Central, assenta nas prioridades de investimento que correspondem às medidas estruturantes identificadas no documento de pré-qualificação, conforme se apresenta: 1: Valorização dos recursos do território e atividades ligadas ao ecossistema do montado – reúne as principais dinâmicas e oportunidades ligadas às temáticas do Ambiente e Energia, Segurança Alimentar e Comercialização de Proximidade, e Pequenos investimentos Agrícolas e Bolsa de Terras. Estes temas assentam na valorização do sistema socio-ecológico do montado, entendido como o elemento patrimonial distintivo do território, considerando prioritário a sua preservação e gestão equilibrada. Reconhece também a importância da pequena agricultura para a criação de emprego, para a manutenção da paisagem e dos ecossistemas e para a preservação da cultura e identidade local. Considera relevante o crescimento da procura pelos produtos agroalimentares locais, de reconhecida qualidade e excelência. Compreende a valorização dos ativos físicos e imateriais do território de intervenção, como sejam a pequena agricultura tradicional com forte ligação ao montado, e que concorrem para reforço da segurança alimentar; as atividades agrícolas necessárias à sustentação do ecossistema (economia verde), a valorização dos produtos locais, das cadeias de transformação agroalimentar, e das atividades que concorram para a organização da oferta local e promoção de redes de comercialização, com especial atenção para os circuitos curtos de comercialização já existentes e a incentivar. Esta linha de intervenção compreende também o incentivo a pequenos investimentos nas explorações agrícolas que concorram para a melhoria da produtividade, o desenvolvimento de atividades de suporte técnico e de apoio aos agricultores, incentivo à



respetiva organização coletiva e desenvolvimento de estruturas comuns para a comercialização e transformação. Para esta linha concorre ainda a articulação com várias iniciativas na área da gestão fundiária, de que se destacam várias iniciativas locais (banco de terras) e a bolsa nacional de terras; 2 reforçar a identidade territorial – linha estruturante que reúne o tema do turismo rural e conservação do património. Baseia-se na perspetiva que a identidade do território de intervenção está fortemente ligada ao património, à paisagem, ao edificado, ao monumental, e à ruralidade. O valor da ruralidade, entendida como um certo modo de vida que representa uma fruição do tempo e do espaço, para o qual também concorre a organização do espaço, a arquitetura, os elementos culturais da região, a pronúncia, a gastronomia, entre outros. Considera-se que a ruralidade e a existência de elementos patrimoniais de elevada diversidade e qualidade têm contribuído para a definição do produto turístico rural. Reconhece-se que têm sido estes fatores, a par da excelência dos produtos locais, que tem contribuído para o crescimento da procura e diversificação da oferta e cadeia de valor do produto turístico da região (alojamento, restauração, animação). Nesta linha de intervenção considera-se que as atividades de turismo rural, devem assentar na recuperação e valorização do património rural, material e imaterial, devendo ser incentivada a integração de atividades culturais e de animação que contribuam para a divulgação da memória coletiva. As atividades a apoiar devem concorrer para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas unidades existentes, e para a estruturação de produtos integrados como seja a dinamização de redes de oferta integrada assente em ativos do património rural da região. Consideram-se ainda importantes intervenções em segmentos específicos de procura nomeadamente na área do turismo natureza, do enoturismo e gastronomia, áreas particularmente identitárias do território de intervenção. Deverão ser valorizadas as intervenções que favoreçam complementaridades e sinergias, e que contribuam para o desenvolvimento de (novos) modelos de gestão e animação (e recriação) do território, na área da indústria cultural, nomeadamente com o envolvimento de diferentes agentes e população local.<sup>3</sup> Valorização do empreendedorismo e da inovação em contexto local - linha estruturante desenvolvida a partir dos temas do empreendedorismo, recursos e serviços locais e cooperação e inovação. Centra-se na ideia de que a inovação deve basear-se nas competências e conhecimentos acumulados no território e de que é importante desenvolver uma cultura empreendedora que deve constituir uma prioridades de intervenção transversal, a reforçar no território de intervenção. Considera-se que existe uma diversidade de estruturas de apoio ao empreendedor no território que importa articular para favorecer as oportunidades de investimento, nomeadamente pela integração e desenvolvimento de uma rede em meio rural a partir dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), existentes nos municípios. Considera-se prioritário o desenvolvimento de um diretório de conhecimento dirigido ao empresário, estruturado a partir dos centros de formação e emprego, e da Universidade, e em articulação com rede GADE. Este diretório de conhecimento, prestaria apoio técnico em áreas de transferência de tecnologia, controlo de qualidade, comercialização e promoção, entre outros, contribuindo para uma maior competitividade das empresas locais. Reconhece-se a importância de desenvolver mecanismos de apoio e promoção da empregabilidade em articulação com os sistemas produtivos locais, por forma a concorrer para o aumento do emprego. Para este fator concorre também o desenvolvimento de sistemas de formação e aprendizagem que partindo de uma maior ligação entre escolas e empresas, reforcem os valores empreendedores individuais (e coletivos) em particular dos mais jovens, favoreçam o desenvolvimento de autonomia e da iniciativa individual. Reconhece-se a necessidade de incentivar o desenvolvimento de uma oferta local relacionada com a indústria do turismo, nomeadamente na área da animação, produção de conteúdos culturais, comunicação, design e produção gráfica. Reconhece-se a emergência de novas atividades relacionadas como a renovação urbana local, a produção local de energia, reciclagem, entre outras, a par do desenvolvimento de novas formas de empresas na área da economia social, e que constituem respostas locais a necessidades locais e que deverão ser perspetivadas também como oportunidades para reforçar o emprego no território de intervenção; 4. Promover a coesão social - linha estruturante desenvolvida a partir do tema dos recursos e serviços locais e das reuniões com as redes sociais do território de intervenção. Baseia-se na perspetiva de que o desenvolvimento territorial deverá fomentar a articulação entre a coesão (social) e competitividade (económico). Reconhece-se que os processos de desenvolvimento sócio comunitário e o associativismo devem ser incentivados e estimuladas as solidariedades sociais, como fatores imprescindíveis e fundamentais para o crescimento e competitividade do território. Considera-se que devem ser estimulados processos de articulação (redes) para maximização da utilização dos equipamentos sociais nomeadamente pelo incentivo ao associativismo e organização de respostas coletivas. Defende-se a dinamização de uma rede de pontos focais para a inovação social acionando os mecanismos disponíveis nas Redes Sociais dos concelhos do território. Reconhece-se a emergência de necessidades ligadas a grupos sociais específicos para as quais é necessária uma oferta integrada. Verifica-se a necessidade de reforçar as redes de serviços de apoio pessoal de proximidade; a estruturação desta oferta deverá concorrer para a criação de empresas e emprego local que resulte, nomeadamente, de contratos de inserção. Considera-se que na perspetiva da inovação social deve ser

estimulada a relação entre as empresas e o tecido social que as envolve. Defende-se para o território a criação de um fundo para o desenvolvimento do empreendedorismo social; deve basear-se na responsabilidade social das empresas orientada para o apoio a projetos locais de inovação social; o desenvolvimento deste fundo deve contribuir para reforçar a visão e a capacidade de transformação, das organizações do território.<sup>5</sup> Incentivar a cooperação e a governança local - linha estruturante desenvolvida a partir dos temas cooperação e inovação, empreendedorismo, recursos e serviços locais. Centra-se na ideia de que a cooperação é um processo fundamental para enfrentar os desafios económicos e sociais que se colocam ao território de intervenção. Cooperação institucional, cooperação para responder a estratégias de mercado, cooperação para dar resposta a necessidades sociais, cooperação para o desenvolvimento. A cooperação deve ser incentivada e deve encontrar adequados suportes na estratégia territorial. Reconhece-se a notoriedade e experiência das organizações do território no domínio da cooperação territorial e institucional. Considera-se importante incentivar a cooperação entre a universidade, centros de conhecimento e de investigação, e o tecido empresarial, de forma a potenciar a inovação e experimentação. Considera-se importante o desenvolvimento de processos associativos e de cooperativas para responder a problemas sectoriais comuns, nomeadamente nas áreas da comercialização e promoção. Reconhece-se que a cooperação nas suas várias formas rompe com barreiras culturais, sociais, e institucionais, reforça e valoriza as organizações, aumenta a capacidade de diálogo, melhora a coordenação entre atores e uma maior integração de instrumentos de política, isto é, concorre para aumento da governança local do território de intervenção. As linhas de desenvolvimento apresentadas cruzam-se e evidenciam sinergias e complementaridades. A EDL agrega e assenta numa VISÃO: Alentejo Central, território gerador de riqueza e de bem-estar, solidário e inclusivo. O Objetivo Geral da EDL é contribuir para o aumento da riqueza e do bem-estar gerados, e para a promoção da coesão social, na região Alentejo Central, até 2023.

#### **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

Conforme já apresentado o processo de consolidação do GAL Alentejo Central e de elaboração da EDL, decorreram em paralelo, de forma participativa, ascendente e com um claro reforço do papel dos agentes e da sociedade civil organizada, como evidencia a composição do GAL. O processo iniciado em Setembro de 2012 para preparar a EDL para 2014-2020, partiu da análise SWOT que serviu de base à dinamização da EDL do SP3 PRODER para o território de intervenção. A iniciativa que contou com a participação de 78 organizações e 94 inscrites, integrou ainda a visita a boas práticas e o desenvolvimento de sessões paralelas sobre o empreendedorismo em diferentes territórios rurais. O processo que se seguiu assentou no desenvolvimento de novas iniciativas que incorporaram plenamente o contributo específico dos principais stakeholders do território. Os resultados alcançados do trabalho desenvolvido nos últimos 3 anos com este processo participativo, devem ser reforçados na dinamização e acompanhamento da estratégia. Os dispositivos de participação dos parceiros assentam muito no trabalho de animação da estratégia. O GAL Alentejo Central defende que a animação da EDL deva vir a ser da responsabilidade dos parceiros baseada na respetivas competências, que concorrem para a apresentação de planos de ação para o desenvolvimento dos seguintes temas: redes de cooperação, inovação e conhecimento; promoção e marketing territorial; circuitos curtos de comercialização; empreendedorismo e apoio ao investimento; inclusão e coesão social. O plano de ação, a definir, deverá conter linhas de trabalho para aprofundar o conhecimento sobre as temáticas, apoiar a dinamização da EDL nessas áreas, e concorrer para o desenvolvimento de maiores sinergias com outras organizações e territórios. A proposta aprovada no Conselho de Parceiros será operacionalizada depois de conhecidas a regulamentação e a autonomia do GAL. A organização dos parceiros nas diferentes áreas temáticas, é um meio para garantir a animação da estratégia, mas também para otimizar resultados, implicar e responsabilizar a parceria pelo acompanhamento e realização da estratégia, tornado também a parceria mais dinâmica e mais presente no acompanhamento e no processo de execução da EDL. A organização proposta para a participação dos parceiros, concorre para uma maior integração e complementaridade de trabalho entre os diferentes parceiros e potencia o trabalho de animação da EDL. São muitas as atividades e ações que podem ser consideradas neste âmbito. As que derivam e concorrem para a participação em redes de conhecimento e de interesses baseadas na intervenção dos parceiros. Atividades que concorram para uma maior visibilidade do território nomeadamente dos seus produtos e serviços, quer seja no território ou fora dele. A participação e organização de eventos que concorram para o marketing territorial. O desenvolvimento de um painel de “embaixadores” que pela sua notoriedade e reconhecimento público possa estar associado à imagem e visão da Estratégia. Para o Gal Alentejo Central, a estratégia para a animação do território deverá também concorrer para o reforço de competências dos agentes e por esta razão devem também ser consideradas ações de natureza diversa que possam melhorar e tornar mais eficiente a intervenção dos agentes, e assim reforçar o capital humano e social do território.

### **Articulação da EDL com as EIDT NUTS III**

O processo participativo de construção da EDL contribuiu para o alinhamento das linhas estruturantes aos desafios colocados pela preparação do quadro de referências nacional (e europeu) na área das políticas públicas para o desenvolvimento. A construção da EDL do GAL Alentejo Central assegurou a aderência às dinâmicas de política e de reflexão já alcançadas no território numa perspetiva sustentada do desenvolvimento. As linhas estruturantes da EDL resultam dos trabalhos de avaliação da intervenção de desenvolvimento local, do diagnóstico e mapeamento de oportunidades realizados no âmbito dos vários grupos temáticos identificados que deram origem à SWOT; das linhas de ação das Agendas 21 Locais; das necessidades locais constantes nos 10 planos de desenvolvimento social; das intervenções estratégicas do Plano Estratégico do Turismo do Alentejo [2014-2020]. O objetivo global e os 4 específicos da EDL estão alinhados e concorrem para a EREI da CCDR Alentejo(2014/20) que assenta na valorização da identidade do Alentejo, representada pela sua herança cultural, pela valia ambiental e pelo aprofundamento das relações urbano-rurais, potenciadas pela inovação, com vista à criação de novas dinâmicas de desenvolvimento económico e de emprego e à melhoria das existentes, num quadro de sustentabilidade e de qualidade de vida dos cidadãos. (...) O património (natural e cultural) e o ambiente são 2 elementos estruturantes da EREI, com carácter transversal aos domínios de especialização identificados: Alimentação e Floresta, Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais; Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente e Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.” Estes domínios e bem assim os da RIS3 são os considerados pela EDL, situação que concorre para os resultados e o impacto da EDL conforme ilustra o QL (Anexo 4). A EDL concorre para a Visão da Estratégia Integrada de desenvolvimento Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) que se transcreve: “o Alentejo Central, no horizonte de 2020, traduz-se num espaço sub-regional



ecologicamente sustentável, socialmente equilibrado, com centralidade afirmada no contexto regional, fundamentada numa posição geoestratégica relevante, quer no sistema urbano nacional, quer no espaço de conexões entre a AML e a Extremadura espanhola, e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento, na cultura e no ambiente”. O GAL está integrado na NUT III Alentejo Central que compreende a CIMAC. O território do GAL representa 10 dos 14 municípios agrupados CIMAC, o equivalente a 73% do território e 87% da população residente. Esta representatividade e a participação mútua das 2 organizações nos respectivos modelos de governação, contribui para a articulação das estratégias de desenvolvimento, observando-se níveis de operacionalização e contratualização diversos. A integração no Conselho Estratégico da CIM e a participação da CIMAC no OG do GAL, é fundamental para a definição de articulação nomeadamente por tipologias de beneficiários e/ou patamares de investimento, nas áreas de intervenção onde se verifica a mobilização de tipologias de ação idênticas. A articulação da EDL com a EIDT da CIMAC, aprovada 17-06-2015, e em fase de contratualização, é muito ampla. O objetivo estratégico do Eixo A da EIDT é o de fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora, e apoiar iniciativas empresariais de pequena escala, articula-se com os objetivos estratégicos da EDL, nomeadamente nos seus Eixos Estruturantes B. Reforçar a Identidade Territorial e C. Valorização do Empreendedorismo e Inovação Social, da EDL, nomeadamente nas tipologias B.2.2 Património cultural e turismo, C.1 Empreendedorismo e Inovação Social. Na EDL a promoção do emprego e do empreendedorismo, centra-se na valorização das áreas económicas mais importantes na região de que se destaca o turismo, os serviços ambientais, a restauração, as indústrias criativas e de conteúdos, a que se acresce a agricultura e o sector agro –alimentar, estes mobilizados no âmbito da Medida 10 do PDR2020; na mobilização comum das tipologias de Ação 8.iii (FSE) e Ação 8.a (FEDER), respectivamente, verifica-se quer a complementaridade de intervenções para beneficiários idênticos com diferentes níveis de investimento elegível quer o incentivo às empresas que venham a localizar-se nos referidos viveiros. O Eixo C – Qualificação e valorização do território e utilização sustentável de recursos da EIDT, e em particular, a mobilização das tipologias de Ação 6c. (FEDER) tem como objetivo estratégico a qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono. O objetivo estratégico da EDL em particular no seu eixo Eixo B. Reforçar a Identidade Territorial, está fortemente articulado com a referida área estratégica da EIDT. Com efeito, as tipologias de operações identificadas na EDL concorrem para a valorização e operacionalização das referidas operações, possibilitando aos agentes públicos, em particular aos municípios, ERT, e agentes económicos o desenvolvimento de iniciativas que complementam e se articulam com as referidas iniciativas, mas que não se esgotam nesses três projetos. Ao nível da EDL, as tipologias elencadas em B.2.1 Património Natural e Paisagístico possibilitam a dinamização de circuitos e trilhos locais, a instalação e renovação de equipamento, a recuperação e conservação de infraestruturas verdes e elementos de paisagem que concorrem para a valorização a renovação de património rural e memória coletivas. As tipologias constantes da medida B.2.2 Património cultural e turismo, da EDL concorrem para a valorização dos espaços em que assenta a dimensão cultural da região, sejam de natureza material ou imaterial, e que constituem os valores em que assenta a oferta turística da região. Mais uma vez se salienta a necessidade de definir entre a EDL e a EIDT, fronteiras de intervenção balizadas quer por montante de operações quer por tipo de beneficiários. O Eixo D – Coesão Social da EIDT, e em particular, a mobilização das tipologias de Ação 9i (FSE) nas a Medida D.II Rede de Equipamentos Sociais, cruza-se com o Eixo D - Promover a coesão social e a governança local da EDL, nomeadamente na Medida D.1 Coesão social. O incentivo ao desenvolvimento do voluntariado social, vai ao encontro das iniciativas previstas na medida da EDL com as quais se pretende incentivar o desenvolvimento de respostas sociais colectivas e bem assim a criação de um fundo para o desenvolvimento do empreendedorismo social, baseado num maior compromisso em termos de responsabilidade social das empresas e organizações locais para responder a problemas locais.

## Programa de Ação e Investimentos

### Programa de Ação

#### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Objetivo Especifico A – A região do Alentejo Central com os recursos do território e as atividades ligadas ao ecossistema do Montado, valorizados; Fundo: PDR2020- FEADER-M10 LEADER + PORA2020 - FEDER PI 9.10 Eixo de Investimento: A.1 Pequenos Investimentos Agrícolas Medida: A11 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; Medida: A12 Pequenos Investimentos na transformação e comercialização; Medida: A13 Diversificação de Atividades na Exploração. Ações A11: apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas; A12 - pequenos investimentos no domínio da criação/modernização

de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas, apoio à transformação, secagem, desidratação, embalagem, circuitos de frio, armazenamento de produtos; valorização dos subprodutos e resíduos destinados à valorização energética; A13 desenvolvimento de infraestruturas de acolhimento; atividades de recreação e de lazer relacionadas com atividades na exploração agrícola; Eixo de Investimento: A2 – Valorização dos Produtos Locais. Medida A21 Cadeias curtas e mercados locais; Medida A.2.2 Promoção dos Produtos de Qualidade Locais (FEADER – M10 LEADER) Medida A23 Projetos de investimento para a expansão de pequenas (PI 8a); Ação 211 dinamização de núcleos de cabaz de hortelão; renovação de mercados locais; ações de promoção da comercialização de proximidade junto de núcleos urbanos (Lx) que permitam escoar e valorizar a produção agropecuária local com especificidades regionais; dinamização de ações junto das escolas para o conhecimento da dieta alimentar mediterrânica e para o Km0; infraestruturas coletivas para a transformação de produtos agrícolas; plataformas eletrónicas e materiais promocionais Ação 212 promoção, reorganização da produção e fomento de OP; estudos sobre a inovação, qualidade e certificação; campos de experimentação e suporte de apoio técnico; Ação 213 criação de empresas na área da prestação de serviços agrícolas e serviços ao ecossistema, reciclagem, prestação de serviços na área ambiental; serviços de animação turística de apoio à dinamização do turismo natureza; Objetivo Especifico B – A região do Alentejo com a identidade territorial reforçada, de forma participada pelas comunidades locais Fundo: PORA2020 – FEDER- PI 9.10 e PDR20202 – FEADER-M10; Eixo de Investimento: B.1 Património Natural e Paisagístico Medida B11 Criação e Requalificação de infraestruturas de apoio (PI 6c); Medida B12 Programas de Ação de desenvolvimento turismo (PI 6c); Medida B13 Desenvolvimento de infraestruturas verdes (PI 6c); Medida B.1.4 Renovação das Aldeias (M10); Eixo de Investimento: B.2 Património Cultural e Turismo; Medida B21 Proteção, valorização, conservação (PI 6c); Medida B22 Modernização e dinamização de museus (PI 6c) Medida B23 Organização e promoção de eventos (PI 6c); Medida B.2.4 Promoção Turística (PI 6c). Ação B11- instalação de equipamentos de apoio à valorização de circuitos existentes e a criar para observação; sinalética e pontos de observação; Ação B12 programas de turismo natureza, produção de guias, plataformas digitais, ações demonstrativas. Ação B13 recuperação de linhas de água, de corredores ecológicos, manutenção de jardins públicos e espaços verdes de fruição coletivos, desenvolvimento de hortas urbanas; Ação B14 recuperação de estruturas verdes, muretes, faixas de proteção e alimentação, reconstrução de ninhos; lavadouros, fornos de cal, celeiros/adegas/ lagares; sinalética; Ação B21-Requalificação do património e centros históricos; ações de promoção de visitas e divulgação do património; Ação B22 programas de visitação baseados na recuperação da memória coletiva e valores identitários; equipamentos que promovam a acessibilidade para todos; B23 - iniciativas para animação/ recriação do território baseadas nos elementos âncora do território: montado, cultura, fruição e desporto, espaço celeste, gastronomia, enoturismo, tapeçaria de arraiolos. Apoio à introdução de cartas gastronómicas "certificadas"; B24 iniciativas regionais que concorram para a maior visibilidade de oferta integrada em espaços urbanos; dinamização de uma rede de embaixadores regionais; iniciativas de recriação do território, baseadas nos produtos identitários e em práticas tradicionais que incorporem a indústria cultural. Objetivo Especifico C – Empreendedorismo e inovação social valorizados na região Alentejo, em contexto Local; Fundo: PORA2020 - FEDER PI 9.10 + FSE - PI 9.6; Eixo de Investimento: C. Empreendedorismo e Inovação Social; Medida C.1 Projetos de investimento para a expansão de pequenas (PI 8a); Medida C.2 Projetos de criação do próprio emprego (PI 8iii) Medida C.3 Projetos de empreendedorismo social, promoção de startups sociais (PI 8iii); Ação C11 apoio à expansão ou criação de micro-empresas, nomeadamente nas áreas das indústrias culturais, de comunicação, design e produção gráfica, produção de conteúdos, animação turística, renovação urbana; Ação C12 Apoio à criação do próprio emprego ou empresa, na área da prestação de serviços na área do ambiente, serviços pessoais e serviços às empresas (restauração e hotelaria), serviços às IPSS; C13 programas de intervenção de apoio à promoção do emprego e empregabilidade, alicerçados num diretório de conhecimento criado a partir dos centros de formação e emprego, núcleos empresariais, Universidade de Évora, GADE; e desenvolvimento de programas de formação, consultoria e mentoria para a criação de autoemprego e de empresas, nos sectores agroalimentar, restauração, hotelaria de pequena dimensão. Objetivo Especifico D – A coesão social e a governança local reforçadas na região Alentejo; Fundo: PORA2020 – FSE - PI 9.6 Eixo de Investimento: D. Reforçar a coesão social e governança local; Medida/ação: D.1 Coesão Social (PI 9i): dinamização de rede e respostas sociais coletivas para a inovação social; criação de fundo para o desenvolvimento do empreendedorismo social, baseado na responsabilidade social das empresas locais, que serão convidadas a apoiar projetos para resolver problemas sociais/locais; Medida/Ação: D.2 Governança Local (PI 9i) 2- Animação territorial; formação para a inovação social, inclusão ativa, voluntariado; desenvolvimento de sinergias de intervenção entre agentes empresariais; divulgação de boas praticas e inovação em meio local; desenvolvimento de instrumentos coletivos para a reforço da participação cívica e cidadania. Nota: Na sequência da notificação DLBC 2ª Fase, e submissão de novo formulário com as dotações ajustadas à dotação financeira atribuída a esta EDL. o quadro de investimentos. ações e metas. para as PI 6.3 (FEDER)

e 9.1 (FSE) apresenta-se agregado e não discrimina as tipologias de ação, listadas no Ponto 4 do Anexo do Convite para o PO Alentejo; trata-se de uma simplificação já que se pretende apoiar todas as previstas no PO.

### Definição da estratégia de desenvolvimento local

O conteúdo programático da EDL assenta na macro estratégia e nos seus 5 domínios estratégicos apresentados na 1ª fase de pré-qualificação do GAL que derivam da análise SWOT. O objetivo geral e estratégico da EDL é contribuir para o aumento da riqueza e do bem-estar gerados, e para a promoção da coesão social, na região Alentejo Central, até 2023. O Quadro Lógico de Intervenção (QL) (Anexo 4) identifica que o impacto deste objetivo deverá ser aferido pelas AG do PDR2020 e AG PORA2020. O QL apresenta para esta 2ª fase da DLBC Rural, 4 objetivos específicos em razão da agregação de dois eixos estratégicos (4 e 5) sendo a cooperação um domínio transversal a dinamizar em todas as atividades a realizar no âmbito da implementação da EDL, à semelhança de outros princípios transversais identificados na 1ª fase de DLBC. Os Objetivos específicos definidos: OE1: Alentejo Central com os recursos e as atividades ligadas ao ecossistema do Montado valorizados; OE2: Alentejo Central com a identidade territorial reforçada, de forma participada pelas comunidades locais; OE3: Empreendedorismo e inovação social valorizados no Alentejo Central, em contexto Local; OE4: A coesão social e a governança local reforçadas no Alentejo Central. Para estes objetivos específicos, o indicador para a sua verificação é o reforço em 5% da capacidade de empregabilidade e de coesão social do Alentejo Central, até 2023. Identificamos ainda para a verificação dos OE 1, OE2 e OE3, o indicador garantir efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado de 1,22%, no Alentejo Central, até 2023. Para o OB1 os resultados esperados são a mobilização de FEADER e FEDER para aprovação de 251 operações, envolvendo 227 beneficiários e destes 174 explorações agrícolas, 16 unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno emprego, 2 das quais com regimes de qualidade; 7 operações de cadeias curtas e mercados locais; 15 operações apoiadas na promoção de produtos de qualidade locais; 19 empregos criados através de projeto LEADER apoiados. O OE1 representa 46% dos meios financeiros da EDL, 94% do FEADER e 6% do FEDER. O OE2 consagra FEDER e FEADER para a aprovação de 18 operações/beneficiários cujos resultados estão associados a 670 mil dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros, baseado num crescimento anual de 2013 até 2023, de mais 20.000 dormidas, no TI. OE2 está ancorado na valorização dos ativos patrimoniais naturais, culturais e paisagísticos. O OE2 mobiliza 10% do FEDER e 6% do FEADER para a renovação das aldeias; no total o OE2 representa 7% dos recursos da EDL. O OE3 assenta em FEDER e FSE para a aprovação de 98 operações/beneficiários com resultados na % de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que se cifra em 52 PT. Este resultado deriva das atividade a realizar, nomeadamente na aprovação de 13 projetos de inovação e experimentação social. A criação de emprego pode ser pode ser alavancado com a introdução de um sistema de incentivos semelhante ao SIALM. O OE3 representa 41% do orçamento da EDL e mobiliza 62% do FSE e 82% do FEDER. O OE4 mobiliza FSE e representa 6% do orçamento da EDL e 38% do FSE, para a aprovação de 14 projetos. Este OE4 tem forte impacto social na medida em que assenta na dinamização de um fundo privado para potenciar projetos sociais de pequena escala. Com os meios mobilizados, a EDL contribui para as metas de resultado da M10 PDR2020 com 2,6% explorações agrícolas do TI apoiadas na reestruturação ou modernização; destas 1,12% explorações/beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade e com 19 empregos criados através de projetos Leader, que representam 1,4% dos 1412 empregos. Com os meios mobilizados a EDL contribui para as metas de resultados do FSE e FEDER garantindo que 60% das pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, permanecem 12 meses após o fim do apoio até 2023, e que o efeito multiplicador da EDL(FEDER) do investimento público no investimento privado é de 1,22 até 2023. Para os resultados serem alcançados há no entanto condições que terão que ser reunidas em termos de realização de atividades cujo quadro de análise de risco se anexa bem como, a autonomia do GAL para a abertura de avisos de concurso (cronograma em anexo), definição de critérios de seleção e entre outros necessários à execução da EDL e demais condições constantes enumeradas no QL.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--

			<b>Indicador</b>	<b>Meta 2018</b>	<b>Meta 2023</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta 2018</b>	<b>Meta 2023</b>	
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	40,00	198,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,53	2,64	2 000 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	3,00	17,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	8,00	1 000 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	1,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	4,00	400 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	1,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	2,00	250 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	3,00	15,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	5,00	500 000,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	12,00	59,00	Postos de trabalho criados	12,00	59,00	2 965 316,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	PI 6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e atrações beneficiários de apoio	8000,00	40000,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	134,00	670,00	329 480,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	2,00	11,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,03	0,17	120 968,18€



09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	1,00	6,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	60,00	198 826,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	3,00	13,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	60,00	795 304,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	PI 9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	2,00	10,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	55,00	60,00	597 264,00€

### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	M10 LEADER	Projetos/beneficiários apoiados	50,00	255,00				4 270 968,18€

99.M10 - LEADER	FEADER	M10 LEADER	Número de produtos locais incluídos em ações de promoção	3,00	12,00				500 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	R9101E	Aumento do emprego em empresas apoiadas	12,00	59,00				2 965 316,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	R9101E				Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado	0,90	1,22	2 965 316,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	M10 LEADER	Número de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	7,00	20,00				1 250 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	M10 LEADER				Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas e no investimento nas unidades industriais	70,00	70,00	3 000 000,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	M10 LEADER	Número de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	35,00	174,00				2 000 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	M10 LEADER				Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	19,00	2 150 000,00€

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	4 270 968,18€
FEDER	3 294 796,00€
FSE	1 591 394,00€
<b>Total</b>	<b>9 157 158,18€</b>

### Pressupostos



O cenário financeiro apresentado para a dotação de fundos a mobilizar baseia-se na experiência da EG na dinamização de estratégias de desenvolvimento local maioritariamente ancoradas num só fundo estrutural mas com uma amplitude plurifundos. O montante a mobilizar FEADER baseia-se na importância da população e território do TI no SP3PRODER (3%), reforçado pelos dos pequenos projetos no PRODER, e que passam agora para DLBC rural (1,5%); no âmbito da Medida 111 do PRODER foram aprovadas no TI, 406 operações relativas a pequenos investimentos nas explorações agrícolas num montante superior a 10 milhões de euros, e um investimento médio de 22.450 €. A importância das produções primárias e do agro alimentar, conduziram à afectação de 70% do FEADER, e destes 67% dirigidos aos pequenos projetos agrícolas (198 operações e 174 explorações agrícolas). Os pressupostos que estiveram presentes nas demais medidas a mobilizar no âmbito da M10, tem por base a dinamização das Ações 311 e 312 do SP3PRODER cujas operações traduzem uma média investimentos de 157.000€, com criação de postos de trabalho, estimando-se em 16 número de empregos criados; considerou-se que a renovação das aldeias e as cadeias curtas e mercados locais, mobilizam 6,3% e 5,8%, respetivamente da DP FEADER; consideraram-se 12 produtos locais diferenciados incluídos em ações promocionais. Para a mobilização do FEDER e FSE, considerou-se uma afectação de 16% das verbas a concurso, % inferior aos 19% da importância relativa da população do TI do DLBC na NUT Alentejo, que no entanto não foi atribuída. O FEDER a mobilizar no âmbito das operações da PI 6.3 foram determinadas para tx. média de DP de 85%, de acordo com um valor médio de investimento na ordem dos 58.824 euros (50.000 € de despesa pública); para a PI 8.8 considerou-se um investimento médio de 75.000 euros comparticipados em média a 45% com a criação de 45 PT. Para estas 72 microempresas considerou-se ainda um cenário em que para além do PT criado, possa existir uma majoração em termos de FSE para a criação de novos PT, à semelhança do programa SIALM. Este é um cenário que consideramos bastante interessante para alavancar o emprego, extensível à criação de emprego a estimular no âmbito do FSE. No quadro do FSE e das operações a dinamizar no quadro do PI 9.1 considerou-se uma taxa média de comparticipação de 85% e respeitaram-se os limites máximos para o investimento elegível no presente Aviso. Considerou-se uma despesa pública média de 60.000 euros por projeto de inovação social estimando-se o apoio a 23 iniciativas. Para a PI 8.3 considerou-se uma despesa pública média de 60.000 euros e 34.000 euros em média por PT. A criação de emprego pode ser potenciada com a utilização de majorações idênticas às do SIALM. Por outro lado, estima-se que o desenvolvimento do fundo social conforme o apresentado na medida D.4.1 possa ter um efeito multiplicador e de impacto no desenvolvimento do mercado social, que está sub avaliado neste cenário financeiro da DLBC. Os pressupostos utilizados para determinação dos investimentos baseiam-se na regulamentação do PO ISE e na experiência da EG na dinamização de atividades no domínio do reforço de competências e consultoria.

## **Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)**

A cooperação é um eixos estratégicos da EDL e constitui igualmente um valor considerado transversal aos domínios de intervenção. A cooperação é perspectivada como um instrumento de animação do território na medida em que favorece economias de escala e a minimização de riscos associados a iniciativas de carácter mais inovador e experimental. Esta é uma dimensão particularmente importante para os territórios de baixa densidade populacional e em regressão demográfica, a que acresce a baixa densidade económica e institucional, como é caso do Alentejo Central. Na perspectiva dos parceiros do GAL a cooperação deverá constituir um elemento a priorizar exatamente para contrariar aquelas características procurando sinergias, economia(s) de recursos e desenvolver ecossistemas de inovação no território. Nos domínios abertos no DLBC Rural para a cooperação, o que se afigura mais importante é o da cooperação interterritorial, domínio que o TI tem se revelado mais dinâmico, nomeadamente em áreas como o empreendedorismo, produtos de locais de qualidade, e turismo. No âmbito das experiências mais recentes são notáveis os resultados alcançados através da cooperação para o desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização, como é o cabaz do hortelão, derivado do PROVE; o centro de recursos para o empreendedorismo feminino baseado na experiência dos GAL MONTE e ADRACES em zonas de grande desemprego feminino; a dinamização de uma rede de oferta integrada de turismo rural no Alentejo Central; o desenvolvimento de sinergias e reflexão no âmbito das redes FMT, Rede Rural, ONGD, CPLP, Rede Alimentar e Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, entre outras, nos domínios do desenvolvimento local, cidadania e participação. O aprofundamento destas áreas de cooperação são essenciais para os objetivos estratégicos da região, bem como ações promocionais desenvolvidas em conjunto com os agentes do território no sector dos produtos locais e do turismo. A disponibilidade de espaços promocionais em grandes centros urbanos, como Lisboa, é um elemento importante que viabiliza a criação de iniciativas integradas e regulares, com forte impacto na possibilidade de abertura a novos mercados e por isso de viabilização económica das unidades empresariais. Tendo em atenção os eixos prioritários em que assenta a EDL, o ambiente, a agricultura e floresta, e dentro desta o montado, ganham relevo na possibilidade de convergência alargada dos DLBC Rurais da Região Alentejo e Lezíria do Tejo, nestes domínios. Acresce a relevância da cooperação para a visibilidade e comunicação dos GAL na área do desenvolvimento rural, e que tem possibilitado a edição de documentos, a realização de estudos e ainda o desenvolvimento de iniciativas promocionais conjuntas de relevo regional e nacional. Na área da cooperação transnacional as áreas temáticas do ambiente, agricultura e floresta, o empreendedorismo e a de promoção, são aquelas onde o trabalho desenvolvido e a desenvolver se apresentam mais interessantes. Nesta área o trabalho desenvolvido com Cabo Verde no Leader, tem resultados muito interessantes nomeadamente na abertura de mercados para os produtos locais, desenvolvimento do empreendedorismo e consolidação de redes de oferta de turismo local. Considera-se estratégico o reforço desta cooperação que não exclui outros territórios nos países da CPLP onde o Monte, na sua qualidade de ONGD, e outros parceiros da GAL tem vindo a desenvolver iniciativas empresariais.

## **Modelo de Governação**

### **Modelo de Governação**

**Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

O GAL Alentejo Central é uma parceria, reduzida a escrito, sem personalidade jurídica, cujo funcionamento assenta na existência de três órgãos eleitos para um triénio. O GAL Alentejo Central baseia-se num acordo de parceria (Anexo1) que possui um regulamento que define as normas de funcionamento. Baseia-se num Conselho de Parceiros (CP), órgão máximo que contempla o universo das organizações que assinaram o Acordo de Parceria; um órgão fiscalizador, cujas funções estão associadas às de controlo e acompanhamento; e um órgão de gestão (OG), composto por 7 entidades, representativas dos vários sectores económicos e sociais da região, e que é presidido pelo Monte, na qualidade de entidade gestora (EG) do GAL. Para o triénio [2015-2018] as entidades eleitas que compõem o OG são maioritariamente de natureza privada, conforme se passa a indicar: Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Entidade Regional de Turismo; Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo; Núcleo Empresarial da Região de Évora; Santa Casa da Misericórdia do Vimieiro; Universidade de Évora / Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM); Monte, ACE. (Anexo2). O regulamento de funcionamento do GAL assegura que as entidades públicas ou qualquer grupo de interesses não representam mais de 49% dos direitos de voto em tomadas de decisão e contempla disposições objetivas para acautelar situações de conflitos de interesses. O modelo de governação escolhido assegura a participação e o envolvimento dos parceiros e está refletivo no regulamento de funcionamento aprovado. Ao Conselho de Administração da Monte, caberá cumprir as orientações de decisões emanadas do OG, ao nível administrativo e financeiro, dispondo para tal de uma equipa técnica, a ETL, cujos técnicos pertencem ao quadro de pessoal do Agrupamento. O apoio técnico ao Órgão de Gestão é assegurado por uma estrutura técnica local (ETL); trata-se de uma estrutura operacional do Monte (EG) que deverá apoiar o OG em todos aos assuntos relacionados com a tomada de decisão, animação, execução e avaliação da EDL. A ETL é coordenada pela Direção Técnica da Monte (OG) e composta por equipa multidisciplinar de técnicos com formação nas áreas prioritárias da EDL, técnicos especialistas na área de avaliação e comunicação e por técnicos administrativos (Anexo 3). A ETL está organizada de forma a assegurar a segregação de funções, entre analistas de pedidos de apoio e de pedidos de pagamento, bem como, a separação pelos 3 FEEI mobilizados pela EDL. Como aconteceu no SP3PRODER cabe à ETL no âmbito das funções de acompanhamento da EDL, elaborar um Manual de Procedimentos para a análise e monitorização dos projetos, a aprovar pelo OG. Este documento identifica todos os mecanismos necessários à execução e acompanhamento da execução da EDL, monitorização de projetos, funcionamento da equipa, procedimentos relacionados com a divulgação e publicitação da EDL, entre outras matérias relevantes para as funções que venham a ser desconcentradas para o GAL. O Manual explicita os procedimentos necessários à elaboração dos avisos de concurso, a aprovar pelo OG e pelas competentes AG; contém os procedimentos analíticos a prosseguir pela ETL para determinação dos critérios de cálculo da VGO, hierarquização e seleção das operações, de acordo com a regulamentação das ações. No âmbito das principais funções da ETL, enquadram-se as ações de dinamização da EDL, atendimento e enquadramento dos promotores e respectivos projetos, registados em ficha de intenção de candidatura já disponível no site da Monte. A fase subsequente diz respeito ao apoio à instrução de candidaturas, através de correio electrónico dedicado ao DLBC Rural, para esclarecimento atempado e uniforme das candidaturas. Com o lançamento dos avisos de concurso, segue-se a análise de candidaturas com verificação administrativa, análise técnica, financeira e emissão de parecer técnico para aprovação do OG, conforme o disposto no respetivo regulamento. Os procedimentos associados à aprovação de projetos poderão exigir especificidades face a mobilização de FEADER ou FEDER e FSE, havendo por isso que as distinguir no referido manual. Todos os procedimentos descritos terão que ser transpostos para os sistemas de informação afim de possibilitar a respetiva contratualização e pagamento. Estes elementos serão também inputs necessários ao sistema de acompanhamento e monitorização da EDL, conforme é apresentado noutra parte do documento. A ETL deverá proceder ao acompanhamento dos promotores e respectivos projetos, com visitas físicas obrigatórias, verificação do pagamento e contabilização da despesa, análise das despesas e pedidos de pagamento. Na conclusão dos projetos a ETL deverá verificar a sua realização, física e material, produzindo relatório e certificado de conclusão. O manual de procedimentos é um documento dinâmico que deve ser revisto tendo presente a atualização da regulamentação e os resultados de avaliação da EDL.

### **Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

A avaliação e monitorização do processo de implementação da EDL do GAL Alentejo Central, para o período de 2014-2023, é da responsabilidade da equipa da ETL, existindo uma consultoria externa para a criação dos indicadores de avaliação e reforçar a análise do impacto relativa às medidas de intervenção na área da inovação social. A experiência de avaliação do Monte em anteriores EDL; área da capacitação; da inovação social e emprego e da cooperação são também uma mais-valia e constituem o referencial para a definição de

procedimentos e metodologia de avaliação que propomos. A finalidade da avaliação é a avaliação global da implementação da EDL através da análise da relevância da EDL; objetivos e alterações esperadas; da identificação do grau de eficiência e eficácia; da determinação do nível de realização dos objetivos e da sustentabilidade dos seus impactos. Os objetivos a atingir são: 1. Contribuir para melhorar a prática da organização ao nível da autoavaliação permitindo melhorar conhecimento, funcionamento e gestão da mesma; 2. Facilitar e promover o diálogo entre os vários atores envolvidos na implementação da EDL tendo em vista melhorar a negociação, concertação e contratualização entre estes para a boa gestão da estratégia; 3. Documentar lições-chave apreendidas e knowhow passível de ser replicado na região e noutros contextos; 4. Tornar visíveis e documentados de forma clara e inequívocos os impactos da EDL; 5. Contribuir para uma gestão eficiente e eficaz da EDL e das ações da EDL/DLBC (FEADER/FEDER e FSE) no Alentejo Central; 6. Propor recomendações práticas para possíveis intervenções futuras. Os resultados a atingir no final da avaliação são: Ao nível do processo: Uma bateria de indicadores de performance da EDL que de forma coerente e consistente permitam avaliar a intervenção realizada; Dispor de dados suficientes e de qualidade que constituam evidências e indicadores sobre o impacto e mais-valia da EDL; utilizar metodologia específica, para determinar o impacto da EDL nas medidas referentes às inovação social, nomeadamente a metodologia SROI (Social Return on Investment) que permitirá comparar o investimento realizado nestas medidas com o valor gerado pela intervenção; Ao nível da parceria territorial Alentejo central: EDL gerida de forma eficiente e eficaz pelos órgãos da parceria e avaliada de forma participada pelos parceiros do GAL Alentejo Central; Ao nível da implementação da EDL: Reforçar o conhecimento dos diferentes agentes socioeconómicos locais e dos parceiros do GAL-AC sobre a EDL e os resultados da sua aplicação na região. No que diz respeito à metodologia de avaliação esta segue as orientações e as normas presentes nos regulamentos internacionais do PDR. Assim o processo de avaliação estrutura-se em torno das principais áreas que se pretendem analisar em relação ao programa. Estas incluem saber em que medida a implementação da EDL é relevante no contexto do PDR e da organização; saber como é que a EDL foi executada e se cumpriu os objetivos a que se propôs; e quais os resultados atingidos. Os níveis de análise propostos são: A - A organização e o funcionamento do GAL com vista a compreender a gestão global da ação, o seu funcionamento, as relações internas e externas estabelecidas e mudanças “provocadas” nos diferentes atores e organizações durante a implementação da EDL; B - Análise dos resultados esperados/impactos da implementação da abordagem LEADER/DLBC Rural, tendo em conta os objetivos específicos e operacionais da EDL, com base na monitorização dos indicadores apresentados no Quadro Lógico de Intervenção. Pretende-se. Em termos prospetivos, o impacto da implementação da EDL deverá ter em consideração as alterações provocadas nos diferentes stakeholders envolvidos e as mudanças materiais e imateriais produzidas pela intervenção. A metodologia baseia-se na capacidade de efetuar aproximações financeiras, para avaliar o custo que os stakeholders teriam sem a existência do projeto; C - Avaliar o Investimento, os Projetos e os Promotores, com base nas ações do DLBC (FEADER / FEDER e FSE), a cabimentação financeira da EDL, a caracterização geral dos projetos e dos seus promotores e das relações destes com o programa, a organização e o território. A proposta de avaliação a realizar inclui os seguintes produtos: - Sistema de acompanhamento e monitorização criado e implementado ao longo da execução da EDL onde se avaliará a implementação das ações previstas, com vista a realizar os ajustes necessários à sua boa execução; será ainda organizado um registo de informação produzida pelo Programa, de forma à sistematização e apresentação de dados; destes resultam quadros de monitorização semestrais da EDL a apresentar aos parceiros que integram o OG;- Relatório de Avaliação a apresentar em dois momentos: a meio da execução através de um relatório intermédio para a Autoridade de Gestão do PDR2020 e Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo e final com as conclusões e recomendações obtidas em cada fase da EDL; - Instrumentos para a recolha de informação criados para aplicação a promotores e a membros do GAL, membros do Órgão de Gestão e técnicos da ETL. Atendendo aos objetivos e calendário da avaliação, em paralelo com a execução da EDL, e sendo uma avaliação interna propõe-se o desenvolvimento de uma metodologia participativa que implica a EG e os parceiros do GAL. Integra 3 fases: 1ª Fase: Preparatória de estruturação da avaliação onde são definidos os indicadores e instrumentos a utilizar para a monitorização e avaliação, tendo como base a informação constante no Quadro Lógico elaborado para a EDL; leitura e análise de documentação relevante; desenvolvimento de ferramentas de trabalho com base na metodologia SROI que permitem a definição de um mapa de impactos e do modelo lógico da EDL para o mapeamento dos impactos na área da inovação social e mudanças promovidas pela intervenção; validação de instrumentos e do plano de implementação do modelo pela EG e OG; 2ª Fase: Recolha de dados, ao longo do processo de avaliação, existindo diferentes momentos e que compreendem a realização de reuniões com a EG, OG e Parceiros da EDL; visitas e entrevistas a stakeholders relevantes; recolha de dados junto dos beneficiários; preenchimento e validação do mapa de impactos e matriz SROI; aplicação da bateria de indicadores com a síntese dos resultados; momentos de acompanhamento e monitorização (semestrais); 3ª Fase: Análise dos dados. Relatórios e Feedback. elaboração de quadros



semestrais da monitorização; elaboração de relatório intermédio e do relatório final de avaliação da EDL. Apresentação dos resultados e análise pelo OG e parceiros, em workshops, no âmbito das reuniões do Conselho de Parceiros. O relatório de avaliação final, como é prática do Monte será editado em suporte físico e digital e colocado no site da EG para disseminação.

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Anexo 2 - GAL AlentejoCentral - Regulamento da Parceria e Ata de Eleicao.pdf	24/07/2015 19:45	125303750
Protocolo de parceria	Anexo 1 - GAL-AlentejoCentral - Acordo de Parceira Alentejo Central [2014-2020].pdf	24/07/2015 19:43	125303750
Outros	Anexo 6 - GAL-AlentejoCentral - Eixos Medidas e Atividades.pdf	24/07/2015 21:00	125303750
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Anexo 3 - GAL-AlentejoCentral - Orgao de Gestas e da Estrutura Tecnica Local.pdf	24/07/2015 20:03	125303750
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-021.pdf	23/09/2015 11:51	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-021.pdf	11/12/2015 10:27	
Outros	Anexo 5 - GAL AlentejoCentral - Matriz de Analise de Riscos -EDL.pdf	24/07/2015 19:48	125303750
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-021.pdf	20/11/2015 15:16	
Outros	Anexo 4 - GAL-AlentejoCentral - Quadro Logico-EDL.pdf	24/07/2015 19:46	125303750
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-021.pdf	24/07/2015 21:07	125303750
Outros	Anexo 7 - GAL-AlentejoCentral - Cronograma de Abertura de Avisos de Candidatura-EDL.pdf	24/07/2015 19:48	125303750